

## A19 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM ENGENHARIA CIVIL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

**8**

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

**9**

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

**10**

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

**11**

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

**12**

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

**13**

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

**14**

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

**15**

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

## Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

**18**

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

**19**

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

**20**

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**22**

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

**23**

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

**24**

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

**25**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juizes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Noções de Administração Pública

**26**

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

**27**

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

**28**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**29**

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

**30**

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

## Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

## Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

- (A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
- (B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
- (C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
- (D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
- (E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

- (A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
- (B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
- (C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
- (D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
- (E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

- (A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
- (B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
- (C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

- (A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
- (B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
- (C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
- (D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
- (E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
- (B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
- (C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
- (D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
- (E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

## Conhecimentos Específicos

46

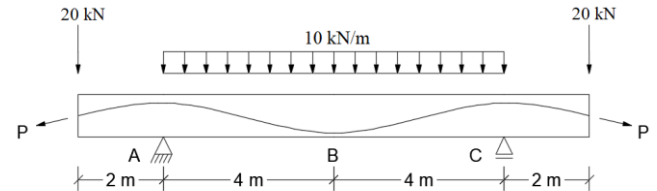
Para a execução de um revestimento, será usada argamassa com traço 1:2:8 em massa seca de cimento, cal e areia, com relação água/cimento de 1,0. A areia disponível no canteiro apresenta teor de umidade de 4%, inchamento de 20% e massa unitária seca de  $1200 \text{ kg/m}^3$ .

Dessa forma, para se obter a argamassa desejada aproveitando-se totalmente três sacos de cimento (de 50 kg cada) disponíveis na obra, entre outros materiais, serão necessários:

- (A) 12 sacos de 20 kg de cal;
- (B) 1250 kg de areia seca;
- (C) 1600 kg de areia úmida;
- (D)  $1,20 \text{ m}^3$  de areia úmida;
- (E) 150 litros de água.

47

A figura abaixo representa uma viga de concreto protendido submetida a uma carga uniformemente distribuída de  $10 \text{ kN/m}$  e duas cargas concentradas de  $20 \text{ kN}$ . A seção transversal dessa viga é uma seção retangular constante de  $30 \text{ cm}$  de largura e  $1,0 \text{ m}$  de altura, e, nas seções A, B e C, o cabo de protensão está na horizontal e sua altura em relação à base é de  $80 \text{ cm}$ ,  $10 \text{ cm}$  e  $80 \text{ cm}$ , respectivamente.



Desconsidere todas as perdas previstas para o dimensionamento da estrutura protendida. Determine:

- I. a força mínima de protensão (P) que deve ser aplicada para que a seção A não possua tensão normal positiva.
- II. a força mínima de protensão (P) que deve ser aplicada para que a seção B não possua tensão normal positiva.

As tensões de I e II são, respectivamente:

- (A) 70,6 kN e 85,7 kN;
- (B) 85,7 kN e 70,6 kN;
- (C) 85,7 kN e 120,0 kN;
- (D) 120,0 kN e 360,0 kN;
- (E) 360,0 kN e 120,0 kN.

48

Com base no item 13.2 da ABNT NBR 6118:2023, "Dimensões-límites", analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

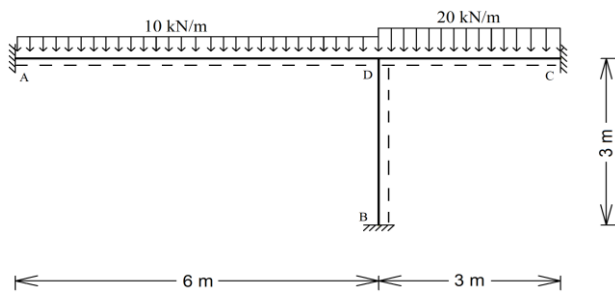
- ( ) A seção transversal das vigas não pode apresentar largura menor que  $12 \text{ cm}$  e a das vigas-parede não pode ser menor que  $15 \text{ cm}$ . Esses limites podem ser reduzidos, respeitando-se um mínimo absoluto de  $10 \text{ cm}$  em casos excepcionais.
- ( ) A espessura mínima das lajes maciças que suportem veículos de peso total maior que  $30 \text{ kN}$  deve ser de  $12 \text{ cm}$ .
- ( ) A espessura da mesa de lajes nervuradas, quando não existirem tubulações horizontais embutidas, deve ser maior ou igual a  $1/10$  da distância entre as faces das nervuras e sempre superior a  $5 \text{ cm}$ .

A sequência correta é:

- (A) V – F – V;
- (B) F – V – F;
- (C) V – V – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – V – V.

49

Analise a figura a seguir.

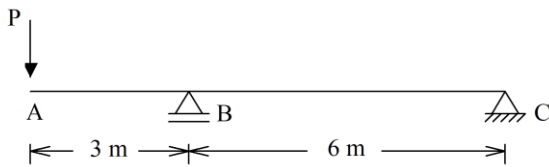


Se o Módulo de Elasticidade e Momento de Inércia forem iguais para todas as barras, os momentos fletores máximos positivos e negativos da estrutura abaixo são, respectivamente:

- (A) 31,5 kN.m e -27,0 kN.m;
- (B) 31,5 kN.m e -21,0 kN.m;
- (C) 22,5 kN.m e -31,5 kN.m;
- (D) 6,0 kN.m e -31,5 kN.m;
- (E) 15,8 kN.m e -31,5 kN.m.

50

Analise a figura a seguir.



Se todas as barras da estrutura representada na figura possuírem as mesmas propriedades físicas e geométricas, o produto do Módulo de Elasticidade com o Momento de Inércia for igual a  $10^5 \text{ kN.m}^2$  e a deformação vertical para baixo do Ponto A for de 5,4 mm, o valor da carga P será de:

- (A) 5 kN;
- (B) 10 kN;
- (C) 15 kN;
- (D) 20 kN;
- (E) 25 kN.

51

Considere um ponto submetido a um Estado Plano de Tensões em que o plano que faz  $22,5^\circ$  com o plano que contém a maior tensão principal possui 15 MPa de tensão normal e 30 MPa de tensão cisalhante.

Nesse ponto, as tensões principais  $\sigma_I$  e  $\sigma_{II}$  são, respectivamente:

(Assuma que  $\sqrt{2} = 1,41$ )

- (A) 42,3 MPa e -42,3 MPa;
- (B) -42,3 MPa e 42,3 MPa;
- (C) 27,3 MPa e -57,3 MPa;
- (D) -57,3 MPa e 27,3 MPa;
- (E) 57,3 MPa e 27,3 MPa.

52

Uma viga biapoiada isostática, sem balanço, de 5 m de vão, possui seção transversal retangular de 50 cm de altura e 24 cm de largura. Nessa viga, cujo apoio da esquerda é de primeiro gênero, atua uma carga concentrada vertical para baixo, de 10 kN, que está a uma distância de 3 m do apoio da direita.

A menor força de compressão horizontal que deve ser aplicada no centro de gravidade da seção transversal de apoio da esquerda, para que não exista tensão normal de tração na seção mais solicitada, é:

- (A) 120 kN;
- (B) 144 kN;
- (C) 156 kN;
- (D) 168 kN;
- (E) 180 kN.

53

Em uma viga de 10 m de comprimento apoiada na extremidade esquerda e engastada na extremidade direita submetida a uma carga distribuída de 8 kN/m, adicionou-se uma rótula na estrutura para que o momento fletor máximo positivo seja a metade do momento máximo negativo em valores absolutos.

Dessa forma, a posição da rótula em relação à extremidade da esquerda será de:

- (A) 2,7 m;
- (B) 3,3 m;
- (C) 5,0 m;
- (D) 6,7 m;
- (E) 7,3 m.

54

Considerando a planilha de encargos sociais básicos devidos a um encarregado geral (Código SICRO 9840), o fator percentual que é pago de FGTS é igual a:

- (A) 6%;
- (B) 7%;
- (C) 8%;
- (D) 9%;
- (E) 10%.

55

Uma empresa deseja executar  $1.000 \text{ m}^2$  de parede com tinta látex acrílico em cinco dias, tendo como referência uma jornada de trabalho de oito horas.

Considerando que, para a pintura de  $1,0 \text{ m}^2$  de parede com tinta látex acrílico, são necessários 0,36 h de ajudante de pintor, 0,4 h de pintor, 0,05 litro de agarrás mineral, 0,25 unidade de lixa grana 100, 0,12 litro de líquido preparador de superfícies e 0,17 litro de tinta látex acrílico, a quantidade de pintores e ajudantes necessários é, respectivamente, de:

- (A) 9 e 9;
- (B) 9 e 10;
- (C) 9 e 18;
- (D) 10 e 9;
- (E) 10 e 10.

56

Seja a composição do serviço, apresentada a seguir, para a execução de 1 m<sup>3</sup> de argamassa para emboço ou assentamento de alvenaria de vedação.

Discriminação	Unidade	Coefficiente
areia média	m <sup>2</sup>	1,5
cimento Portland	Kg	200,0
cal hidratada	Kg	150,0
operador de betoneira	H	4,0
servente	H	0,8
betoneira	h	3,5

A quantidade, respectivamente, de agregados e de aglomerantes necessários para a produção de 10 m<sup>3</sup> de argamassa para emboço é:

- (A) 10 m<sup>3</sup> e 1,5 t;
- (B) 15 m<sup>3</sup> e 2 t;
- (C) 15 m<sup>3</sup> e 3,5 t;
- (D) 20 m<sup>3</sup> e 2 t;
- (E) 20 m<sup>3</sup> e 3,5 t.

57

Os aeródromos brasileiros possuem diversas estruturas essenciais para garantir a operação segura das aeronaves e o atendimento adequado de passageiros e cargas. Dentre essas estruturas, estão as pistas de pouso e táxi, o pátio de estacionamento de aeronaves e os terminais de carga e passageiros. Cada um desses componentes desempenha uma função específica na movimentação e operação dos voos.

Com base nessas informações, de acordo com o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 154, as pistas de táxi de um aeródromo:

- (A) são utilizadas para o abastecimento das aeronaves antes do embarque dos passageiros;
- (B) correspondem às áreas de manutenção e reparo das aeronaves dentro do aeródromo;
- (C) são áreas onde as aeronaves realizam manobras antes de entrar nos terminais de passageiros;
- (D) servem para a decolagem das aeronaves, garantindo um espaço seguro para atingir a velocidade necessária;
- (E) são vias destinadas à movimentação das aeronaves entre diferentes pontos do aeródromo, como pátios e pistas de pouso.

58

No âmbito do projeto geométrico de uma rodovia rural, deseja-se projetar uma curva vertical em torno do PIV 2, conforme as diretrizes do Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais (DNIT – Publicação 706). A tabela a seguir apresenta os pontos notáveis e suas respectivas cotas.

Ponto	Cota (m)
PIV 1 (Estaca 80)	108
PIV 2 (Estaca 100)	100
PIV 3 (Estaca 120)	116

Sabe-se que a distância de visibilidade de parada é menor que o comprimento da curva vertical e que o parâmetro de curvatura K adotado para o projeto é 30.

Assim sendo, o comprimento da concordância vertical necessária ( $L_{min}$ ) para atender às condições do projeto é de:

- (A) 120 metros;
- (B) 150 metros;
- (C) 180 metros;
- (D) 210 metros;
- (E) 240 metros.

59

O novo método de dimensionamento de pavimentos flexíveis (MeDiNa) é definido pela Instrução de Serviço (IS-247) do DNIT. Ela lança as bases para a utilização do programa MeDiNa no dimensionamento de pavimentos.

De acordo com as premissas desse programa, em um projeto de dimensionamento de pavimento:

- (A) uma mistura asfáltica com *Flow Number* acima de 2000 possui restrições de utilização e é recomendada para baixos volumes de tráfego;
- (B) o módulo resiliente de uma brita graduada tratada com cimento é uma função exponencial, dependente do estado de tensões ao qual o material está submetido;
- (C) uma mistura asfáltica de classe de fadiga 4 pode ser utilizada em um projeto com base e sub-base não estabilizadas que requer uma mistura asfáltica de classe de fadiga 3;
- (D) a utilização de solo-cal ou solo melhorado com cimento requer a adoção de critérios mais rigorosos quanto à deformação permanente em comparação com os demais materiais;
- (E) o módulo de resiliência dos materiais granulares pode ser representado pelo modelo composto, que é dependente da tensão desvio, da tensão confinante e do invariante de tensões.

60

O lastro ferroviário é uma camada essencial da via permanente, responsável por proporcionar suporte estrutural e garantir a estabilidade da ferrovia. No contexto das obras do DNIT, o dimensionamento e a especificação dessa camada seguem as diretrizes estabelecidas na Instrução de Serviço Ferroviário (ISF) 212.

Com base nesses critérios, é correto afirmar que:

- (A) em uma ferrovia Classe I, a altura mínima do lastro, medida no eixo da pista, deve ser de 30 cm;
- (B) uma das funções do lastro é absorver os esforços do trem-tipo e transferi-los diretamente ao subleito;
- (C) ensaios triaxiais estáticos são amplamente utilizados para avaliar o comportamento mecânico do lastro dentro da estrutura da ferrovia;
- (D) os materiais empregados no lastro devem apresentar granulometria fina, como solos arenosos, para maior compactação e resistência;
- (E) a altura do lastro, conhecida a tensão transmitida pelo dormente, deve ser dimensionada por meio das equações recomendadas pela AREMA, como as de Talbot ou Boussinesq.

61

No contexto da elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica-Ambiental (EVTEA) de rodovias, conforme diretrizes estabelecidas pela Publicação IPR-726 do DNIT, a análise de custos desempenha um papel fundamental na comparação entre diferentes alternativas de projeto. Um dos desafios dessa fase é garantir que os custos sejam devidamente estimados, considerando fatores técnicos, operacionais e ambientais.

Diante desse cenário, de acordo com essa publicação, considera-se que:

- (A) o custo de construção deve levar em conta a emissão de dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e) dos veículos de passageiros ao longo da fase de operação;
- (B) os investimentos em obras temporárias para manutenção do tráfego durante a construção são classificados nos custos de infraestrutura operacional da rodovia;
- (C) os custos de manutenção são estimados com base nos valores médios publicados pelos fabricantes dos veículos, assegurando maior precisão nos cálculos;
- (D) o custo de conservação abrange os serviços de rotina e na pista de rolamento, com previsão de execução dentro de um horizonte geralmente fixado entre 10 e 20 anos;
- (E) a metodologia HCM (*Highway Capacity Manual*) pode ser utilizada para o cálculo do custo de operação dos veículos, fornecendo parâmetros de desempenho do tráfego rodoviário.

62

Em um projeto de construção de uma rodovia, o planejamento das atividades foi realizado por meio de uma rede PERT/CPM, conforme descrito na tabela a seguir.

Atividade	Duração (dias)	Precedente	Sucessor
A	4	-	D, E, F
B	5	-	G
C	2	-	H
D	5	A	G
E	3	A	H
F	8	A	I
G	3	B, D	I
H	4	C, E	I
I	2	F, G, H	-

Considerando as durações das atividades e as dependências entre elas, e sabendo que o cedo do evento inicial é nulo, a folga total da atividade C é igual a:

- (A) 3 dias;
- (B) 4 dias;
- (C) 5 dias;
- (D) 6 dias;
- (E) 7 dias.

63

Em um projeto de construção civil, a gestão do cronograma e dos custos é realizada com base em diferentes ferramentas de planejamento e controle.

Uma dessas ferramentas é a curva S, que representa:

- (A) a quantidade de recursos humanos que será necessária e distribuída ao longo de um período estipulado;
- (B) o cronograma da obra de uma maneira visual, que indica a duração das atividades do projeto e as dependências entre elas;
- (C) a classificação dos custos do projeto de acordo com sua relevância, atribuindo a maior parte dos custos às atividades mais críticas;
- (D) a evolução do custo acumulado ao longo do tempo, com um gráfico construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso;
- (E) a programação de um empreendimento composto por várias obras idênticas ou serviços repetitivos, a serem executados de forma contínua e em tempo pré-estabelecido.

64

Em obras de infraestrutura de transportes, o reajuste de valores contratuais é frequentemente realizado conforme a Instrução Normativa nº 01/2023 do DNIT, que estabelece a metodologia de cálculo para os reajustes.

Considere os seguintes serviços orçados no mês-base do contrato de uma obra rodoviária:

Serviço	Valor Base (R\$)
Aterro	300.000,00
Enrocamento de pedra arrumada	200.000,00
Capa Selante	500.000,00
Total	1.000.000,00

Após a divulgação dos índices para o mês de reajuste, foi possível organizar os dados conforme tabela abaixo:

Disciplina	Índices de Reajuste	
	Mês-Base	Mês de Reajuste
Terraplanagem	480,000	504,000
Obras de Arte Especiais	470,000	528,750
Pavimentação	540,000	594,000
Drenagem	450,000	483,750

Com base nesses dados, o valor total das parcelas devidas de reajuste, calculadas conforme a Instrução Normativa nº 01/2023 do DNIT, é:

- (A) R\$ 70.000,00;
- (B) R\$ 80.000,00;
- (C) R\$ 90.000,00;
- (D) R\$ 100.000,00;
- (E) R\$ 110.000,00.

65

A norma ABNT NBR 14653-2 estabelece os critérios para avaliação de imóveis urbanos, determinando métodos, modelos estatísticos e parâmetros que auxiliam na definição do valor de mercado. Entre as diretrizes apresentadas, destacam-se os procedimentos para escolha das variáveis, o uso de fatores de ajuste e a aplicação de modelos de regressão.

Com base nessa norma, é correto afirmar que:

- (A) o campo de arbítrio é definido como o intervalo de confiança de 80%, utilizado para determinar o grau de precisão da estimativa e estabelecer limites para a avaliação;
- (B) o uso de variáveis independentes qualitativas é mais recomendável do que o de variáveis quantitativas, pois estas podem ser representadas por variáveis dicotômicas ou *proxy*;
- (C) para identificação do valor de mercado, é preferível a utilização do método involutivo, pois ele permite determinar o valor do imóvel a partir de seu potencial máximo de aproveitamento;
- (D) o tratamento de dados por fatores é aplicável a uma amostra composta por dados de mercado que apresentam características distintas do imóvel avaliado, permitindo ajustes mais refinados;
- (E) quanto maior o número de variáveis independentes utilizadas em um modelo de regressão linear, maior será a quantidade mínima de dados de mercado exigida para um grau III de fundamentação, garantindo maior robustez estatística ao modelo.

66

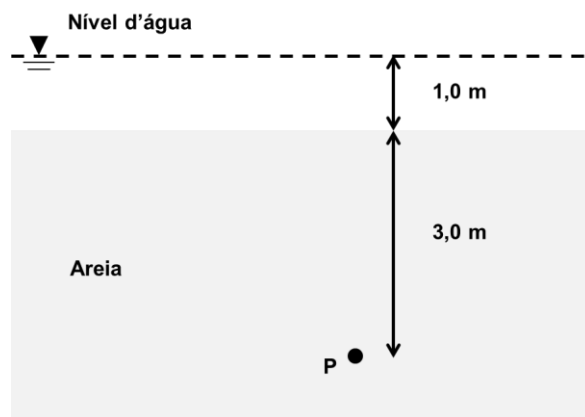
Em uma determinada amostra de solo, foram realizados ensaios de caracterização, tendo-se obtido os seguintes resultados: teor de umidade de 60%, limite de liquidez de 80% e limite de plasticidade de 40%.

Para essa amostra de solo, o índice de consistência é de:

- (A) 0,2;
- (B) 0,4;
- (C) 0,5;
- (D) 1,5;
- (E) 2,0.

67

Na figura abaixo, é mostrado o perfil de um terreno com presença de solo arenoso que, em determinados períodos, fica alagado, sob uma lâmina d'água.



A tensão efetiva atuante em um elemento de solo situado 3,0 metros abaixo do topo da camada de areia (representado pelo ponto P na figura), quando a lâmina d'água permanece por longo período com 1,0 metro de espessura, é:

(Considere que o peso específico saturado da areia é de 20 kN/m<sup>3</sup> e o peso específico da água é de 10 kN/m<sup>3</sup>)

- (A) 30 kPa;
- (B) 40 kPa;
- (C) 50 kPa;
- (D) 60 kPa;
- (E) 70 kPa.

68

Analise as afirmativas a seguir, relativas a projeto e dimensionamento de fundações.

- I. Nega é a medida da penetração permanente de uma estaca, causada pela aplicação de um golpe de martelo, sempre relacionada com a energia de cravação.
- II. Repique é a parcela elástica da penetração máxima de uma estaca, decorrente da aplicação de um golpe do martelo.
- III. As equações dinâmicas, baseadas na nega ou no repique elástico, visam principalmente a assegurar a homogeneidade do estaqueamento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

69

Considerando a NR-18, é proibida a utilização de sistema de tubulão ao ar livre escavado manualmente com profundidade superior a:

- (A) 10 m;
- (B) 12 m;
- (C) 15 m;
- (D) 18 m;
- (E) 20 m.

70

Considerando um fluxo de trabalho BIM, a ferramenta computacional que possui funcionalidades de um CDE (*common data environment* – ambiente comum de dados) no âmbito do desenvolvimento de um projeto de engenharia é:

- (A) Autodesk Revit;
- (B) Trimble Connect;
- (C) ACCA EdiLus;
- (D) Graphisoft ArchiCAD;
- (E) Esri ArcGIS.

71

Considere-se o Autodesk AutoCAD em português.

Ao abrir o programa, aparecem várias abas, dentre as quais destacam-se: Padrão, Inserir, Anotação, Vista, e assim por diante. Em relação à aba Padrão, percebe-se que, logo ao ser aberta, podem estar disponíveis as ferramentas:

- (A) Linha, Polilinha, Círculo e Arco;
- (B) Mover, Copiar, Espelhar e Alinhamento;
- (C) Rotacionar, Concordar e Cortar;
- (D) Aterrar, Cortar e Definir corredor;
- (E) Esticar, Contrair, Arco e Linha.

72

Com relação às noções básicas de cartografia e geodésia, analise os itens a seguir.

- I. O geóide é a forma matemática da Terra, representado por um elipsoide de revolução que melhor se ajusta ao nível médio dos mares.
- II. As projeções cartográficas cilíndricas são adequadas para representar regiões próximas aos polos, devido à menor distorção nessas áreas.
- III. A escala cartográfica indica a relação entre uma distância no mapa e a correspondente distância no terreno, podendo ser representada de forma numérica ou gráfica.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II, apenas;
- (E) I, II e III.

73

Durante um estudo de impacto ambiental, um analista precisa identificar quais áreas de vegetação natural estão dentro de uma zona de proteção ambiental. Para isso, ao manipular o software QGIS, ele deve utilizar uma operação de geoprocessamento que permita extrair apenas as feições de vegetação dentro da área de interesse, mantendo sua integridade geométrica.

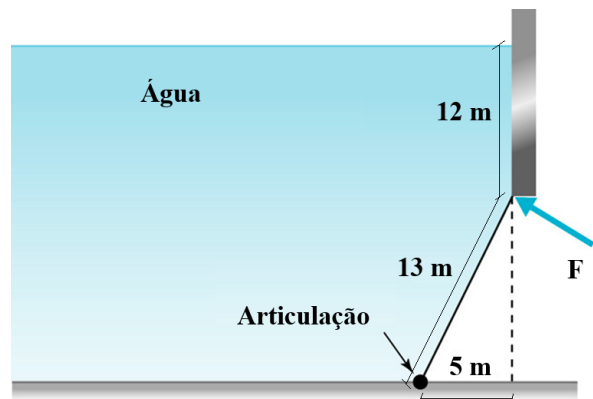
A operação mais adequada para essa análise é:

- (A) dissolução (dissolve);
- (B) buffer;
- (C) extração de vértices;
- (D) recorte (clip);
- (E) união (union).

74

A figura abaixo mostra uma barragem com uma parede de contenção vertical e uma comporta retangular de 13 m x 10 m, articulada no ponto inferior e contida no ponto superior por uma força centrada F. Considere-se o peso específico da água igual a 9810 N/m<sup>3</sup>.

Dado: Momento de inércia do retângulo:  $I_{xx} = b \cdot h^3 / 12$



Desprezando o peso da comporta, o valor da força F necessária para segurar a comporta de 10 m de largura é de:

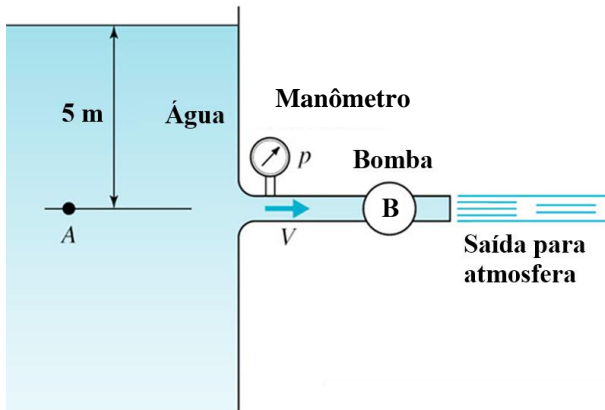
- (A) 523,2 kN;
- (B) 1.046,4 kN;
- (C) 5.232,0 kN;
- (D) 10.202,4 kN;
- (E) 22.955,4 kN.

75

A figura abaixo mostra um reservatório com uma saída à profundidade de 5 m, onde é tomada a pressão  $p$  com um manômetro (ou vacuômetro). Na sequência, é instalada uma bomba B e ao final ocorre uma saída livre para atmosfera com velocidade de 15 m/s.

Considere o peso específico da água igual a  $9800 \text{ N/m}^3$  e a gravidade igual a  $9,8 \text{ m/s}^2$ . Trabalhe o escoamento considerando uma linha de corrente a partir de um ponto A, distante o suficiente da saída para que a velocidade em A seja zero.

Dica: Equação de Bernoulli:  $\frac{p}{\gamma} + \frac{v^2}{2g} + h = cte$



Desprezando as perdas internas por atrito, isto é, considerando um escoamento não viscoso na entrada, e assumindo um escoamento uniforme no manômetro (ou vacuômetro), a pressão  $p$  no manômetro (ou vacuômetro) é igual a:

- (A) -63.500 Pa;
- (B) -58.600 Pa;
- (C) 49.000 Pa;
- (D) 58.600 Pa;
- (E) 63.500 Pa.

76

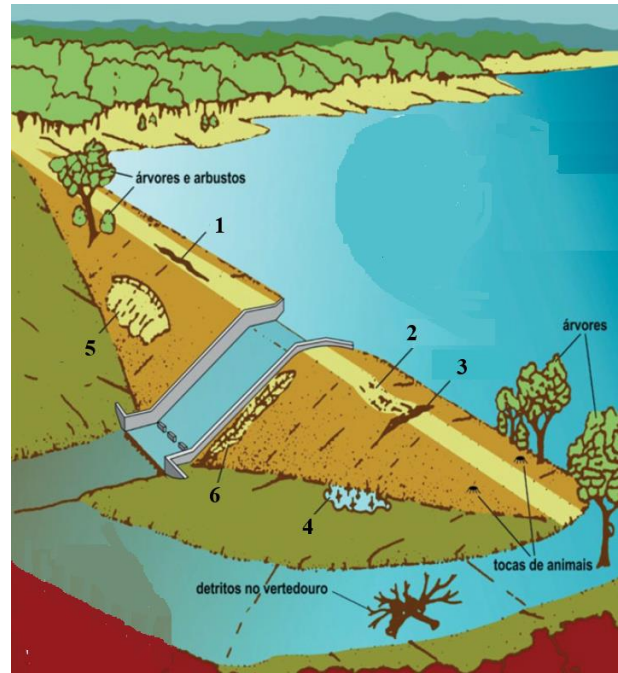
Um engenheiro foi encarregado de dimensionar um sistema de abastecimento de água completamente novo para uma cidade média da região serrana, com topografia acidentada. Essa localidade possui uma sequência contínua de edificações situadas entre as cotas 620 m e 790 m. Não existem problemas para o atendimento da pressão dinâmica mínima de 100 kPa.

Como o sistema de distribuição de água de uma área deve ser subdividido em um mínimo de zonas de pressão de mesmo desnível topográfico, no caso em tela, visando a atender uma pressão estática máxima de 500 kPa, esse número mínimo deve ser de:

- (A) 1 zona de pressão;
- (B) 2 zonas de pressão;
- (C) 3 zonas de pressão;
- (D) 4 zonas de pressão;
- (E) 5 zonas de pressão.

77

A figura abaixo apresenta uma representação dos tipos de anomalia mais frequentes nas barragens, que devem ser verificadas em inspeções de segurança.



Fonte: Guia de Orientação e Formulários para Inspeções de Segurança de Barragem (ANA, 2016).

As anomalias numeradas com 2, 3, 4 e 5 são, respectivamente:

- (A) fissura longitudinal, depressão, superfície de escoamento e erosão superficial;
- (B) depressão, fissura transversal, surgência e superfície de escoamento;
- (C) superfície de escoamento, fissura longitudinal, depressão e erosão superficial;
- (D) superfície de escoamento, fissura transversal, depressão e surgência;
- (E) erosão superficial, depressão, superfície de escoamento e surgência.

78

A Lei nº 12.334/2010 estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Um dos objetivos desse instrumento legal é definir procedimentos emergenciais e fomentar a atuação conjunta de empreendedores, fiscalizadores e órgãos de proteção e defesa civil em caso de incidente, acidente ou desastre. Nesse sentido, é estruturado um mapa de inundação e suas zonas, ou seja, são delimitadas áreas geográficas georreferenciadas que potencialmente são afetadas por eventual vazamento ou ruptura da barragem a fim de facilitar a notificação eficiente e a evacuação.

No que diz respeito a essas áreas do mapa de inundação, o trecho do vale a jusante da barragem, para o qual não existe tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência, é conhecido por:

- (A) zona de autossalvamento (ZAS);
- (B) zona de segurança preliminar (ZSPP);
- (C) zona de segurança primária (ZSP);
- (D) zona de segurança secundária (ZSS);
- (E) zona de emergência (ZE).

**79**

A Administração Pública, em âmbito federal, pretende publicar edital de licitação para a celebração de futuro contrato administrativo, tendo como objeto obras e serviços de engenharia, sendo certo que o contratado será responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto. Ademais, o poder público adotará a modalidade de licitação que lhe permita realizar diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a Administração Pública publicará edital de licitação para uma contratação:

- (A) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;
- (B) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;
- (C) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;
- (D) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;
- (E) por tarefa, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência.

**80**

A autarquia federal Alfa tem a pretensão de contratar pequenas obras e serviços de engenharia, avaliados em R\$ 90.000,00, em observância às formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a licitação é:

- (A) dispensável, sendo certo que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de cinco dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;
- (B) inexigível, sendo certo que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de cinco dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;
- (C) dispensável, sendo certo que a contratação será preferencialmente paga por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- (D) inexigível, sendo certo que a contratação será preferencialmente paga por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- (E) inexigível, sendo certo que é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham celebrado o contrato administrativo com a autarquia federal.

**PROVA DISCURSIVA**

---

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO



Realização

